
Escrevivências de mulheres negras no ensino superior: a importância de leis como a 10.639/2003 no espaço universitário

Escrevivências de las mujeres negras en la educación superior: La importancia de leyes como la 10.639/2003 en el espacio universitario

Karen Luciélen Pereira Rodrigues
Sueli Salva

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Santa Maria – Brasil

Renan Santos Mattos

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Erechim – Brasil

Resumo

Este trabalho analisa os movimentos de escrevivências por meio de narrativas de estudantes de licenciatura em pedagogia, que constituem processos de identização de mulheres negras no ensino superior a partir da reflexão de suas vivências de racismo e a recorrência à Lei nº 10.639/2003 como ação afirmativa capaz de romper barreiras no ambiente da universidade. Para tanto, realiza-se uma pesquisa qualitativa a partir de narrativas biográficas. Como fundamentação teórica, buscou-se os estudos de Kilomba (2019), Evaristo (2017-2018) e Gomes (2012), entre outros autores. Para fins de conclusões, evidencia-se a emergência do diálogo com as experiências do sujeito negro na constituição do conhecimento acadêmico, legitimando sua presença e o fortalecimento da discussão sobre as relações étnico-raciais, de forma interseccional, como possibilidade para o rompimento do racismo institucional.

Palavras-chave: Mulheres negras; Escrevivências; Universidade.

Resumen:

Este trabajo analiza los movimientos de *escrevivencias* a través de las narrativas de estudiantes de pregrado en pedagogía, que constituyen los procesos de identificación de mujeres negras no matriculadas en la educación superior a partir del reflejo de sus experiencias de racismo y el uso de la ley 10.639/2003 como acción afirmativa capaz de romper barreras en la universidad. Para ello se realiza una investigación cualitativa basada en narrativas biográficas. Como fundamento teórico se buscaron los estudios de Kilomba (2019), Evaristo (2017-2018) y Gomes (2012), entre otros autores. A efectos de conclusiones, se evidencia la importancia del diálogo con las experiencias de los sujetos negros en la constitución del saber académico, fortaleciendo la discusión sobre las relaciones étnico-raciales, de manera interseccional, como una posibilidad de ruptura del racismo institucional.

Palabra-clave: Mujeres negras; *Escrevivências*; Universidad.

1 Introdução

Entre os períodos de 2003 e 2014, o Brasil inicia um processo de reconfiguração nas Instituições de Ensino Superior (IES) com a implementação de políticas de ações afirmativas nas universidades federais, com a finalidade de ampliar o ingresso de sujeitos historicamente excluídos e marginalizados neste contexto. Desse modo, fruto das lutas de ampliação dos direitos e conquistas dos movimentos sociais, esta questão inaugura debates sobre ingresso, permanência e democratização do ensino superior como forma de luta contra o racismo institucional e a sustentação de desigualdades raciais em nosso país.

Ainda, no ano de 2003, no contexto de discussão sobre as Ações Afirmativas e o debate sobre as relações étnico-raciais no Brasil, a Lei n.º 10.639/2003 estabelece como objetivo “[...] incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências” (Brasil, 2003) nas instituições públicas e privadas nacionais. Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013, à Lei n.º 9.394/96, no art. 3º, o ensino passa a ser visto e deve ser ministrado com base, dentre outros princípios, no seguinte: “XII - consideração com a diversidade étnico-racial”. Mais adiante, em consonância com tais demandas, surge a Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015, em especial o art. 13 § 2º, o qual formula diretrizes para que o ensino superior se adeque às demandas das legislações que visam afirmar o negro, socialmente, como sujeito de direito. O cenário em questão, portanto, situa-se no amplo debate público sobre a luta por direitos e justiça social, com referência na visibilidade e no reconhecimento das populações afro-brasileiras e indígenas, redefinindo o debate sobre o currículo e as possibilidades de luta contra a desigualdade racial no Brasil.

Desse modo, esta escrita tem por objetivo analisar a construção do processo de identificação¹ (Melucci, 2004) ao mapear a trajetória formativa de estudantes mulheres e negras do curso de pedagogia de uma universidade federal da Região Sul do país, que se expressam através de narrativas² de si e de escrevivências, buscando entender o quanto as tensões e os avanços marcados pelas políticas que se referem às questões raciais afetam suas existências. Os sujeitos da pesquisa responderam questões das experiências nos contextos da Educação Infantil ao Ensino Superior, viabilizando as narrativas ao mesmo tempo em que se assume as escrevivências como modo de dizer de si, tanto de enfrentamento do racismo no ensino superior quanto dos movimentos de construção de projetos de pertencimentos e de coletividade.

Diante disso, assumimos o conceito de escrevivências, de Conceição Evaristo, como parte da proposta metodológica desta escrita, em que visa a “investigação, de produção de conhecimento e de posicionalidade implicada” (Soares; Machado, 2017, p. 206), no qual a ação de escrever retrata a “enunciação de um eu coletivo, de alguém que evoca, por meio de suas próprias narrativas e voz, a história de um “nós” compartilhado [...]” (Soares; Machado, 2017, p. 207), ou seja, vai além do pensar o “eu”, reflete o processo e a história de uma coletividade, suas aproximações, semelhanças e diferenças, a fim de dar visibilidade à condição do homem e da mulher negra na sociedade, dialogando com experiências similares de vida do outro.

Ainda, como método, ancora-se na perspectiva das narrativas, uma vez que, segundo Bruner (2002, p. 46), “uma narrativa é composta por uma sequência singular de eventos, estados mentais, ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou autores”. Considera, ainda, que narrar possibilita reconstruir a experiência, dando-lhe sentidos que podem modificar-se mediante o ato de narrar. Quem narra opera tanto no sentido de produção de si como de um texto. A narrativa contém opacidade, pois há sempre a escolha do que narrar e do que omitir. Narrar, de certa forma, traduz o conceito de escrevivências de Conceição Evaristo (2017). Labov e Waletzky (1967), que dialogam a respeito das narrativas no sentido oral e das experiências pessoais, consideram a importância da narrativa como “um método de recapitulação de experiências passadas combinando uma sequência verbal de orações com a sequência de eventos realmente acontecidos” (Labov; Waletzky, 1967, p. 21-22).

Nesse viés, as escrevivências e as narrativas se interseccionam, propondo uma análise contra-hegemônica de se fazer pesquisa com pessoas. Neste recorte³, problematizamos os debates inaugurados com a presença das mulheres negras dentro do espaço universitário. Problematizando como elas traduzem o caráter emancipatório, político, de seu corpo e sua luta a partir de referenciais afrocentrados, afirmando as mulheres negras como protagonistas para a reformulação dos estereótipos raciais, como salienta Carneiro (2003, p. 129), “o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político [...]”.

Diante disso, o texto organiza-se em um único capítulo, além desta introdução e as considerações finais, denominado: *E eu, não sou uma mulher? Entre dilemas identitários e formativos de estudantes de pedagogia*, o qual traz recortes do projeto de conclusão de curso,

defendido no ano de 2023, e que trata de narrativas de algumas estudantes negras que compõem o curso de licenciatura em pedagogia de uma universidade federal do Rio Grande do Sul. Neste recorte, propõe-se ressaltar algumas questões relevantes narradas pelas estudantes no decorrer da pesquisa, como a construção de suas identidades em meio ao racismo cotidiano no qual vivenciam, experiências em contexto universitário e escolar, bem como outras vivências e frustrações que consideram pertinentes. E, por último, ao final do texto, apresento algumas considerações relevantes, a partir do capítulo anterior, dialogando sobre alguns dilemas identitários e formativos vivenciados por estudantes negras do curso de licenciatura em pedagogia e discutindo a ausência da Lei nº 10.639 no Ensino Superior e a falta de políticas sólidas para essa etapa.

2 E eu, não sou uma mulher? Entre dilemas identitários e formativos de estudantes de pedagogia

É a partir das escrevivências advindas de um contexto acadêmico que problematizamos os efeitos dos marcadores sociais, como o de raça, nas vidas de estudantes em formação do curso de pedagogia, no sentido de evidenciar as redes de afetos e solidariedades em torno de estudantes cotistas negras.

Ao lembrar essas marcas ‘não esquecidas’, não temos a intenção de promover a agonia de um passado que não cicatriza, mas, assim como pontua Evaristo (Soares; Machado, 2017, p. 207), compreender por meio da “enunciação de um eu coletivo, de alguém que evoca, por meio de suas próprias narrativas e voz, a história de um “nós” compartilhado” como forma de exaltar a emergência do olhar, da escuta e da ação para que de fato não continuem a se repetir tais experiências com tantas outras e outros sujeitos negros.

Quando, no título deste capítulo, iniciamos com o questionamento posto por Sojourner Truth: “e eu, não sou uma mulher?”⁴, buscamos sinalizar e evidenciar o quanto a opressão de gênero e raça, estruturalmente incorporadas no dia a dia de nossas vivências sociais, ainda se fazem presentes e tornam base para designação de direitos e quem pode acessá-los e vivenciá-los com plenitude.

Nesse cenário, ser mulher negra é uma construção constante desde o nascer, buscando sobreviver sobre a ótica do racismo, do sexismo e de gênero. Desse modo, ao tornar-se mulher negra (Souza, 2021), a mulher construirá em si bases de empoderamento, de empoderamento político, social, de identidade, de lugar e de fala, de ser e estar em todos

os espaços. Entretanto, o rompimento desse status social de opressão é uma tarefa complexa, uma vez que tornar-se negra é diferente de nascer negra.

Nascer negra(o), para Souza (2021, p. 02), “é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro”. Em conformidade com as ideias de Souza (2021), a professora Djamila Ribeiro (2020, p. 67) destaca que: ao nascer negra ou negro, não significa compreender e refletir criticamente e filosoficamente sobre as consequências dessas violências demarcadas pela cor e, dessa forma, alguns grupos se aproveitam dessa fragilidade, fazendo uso, por meio do racismo, dessas pessoas, dando continuidade no processo de opressor. Assim, para Philomena Essed (*apud* Kilomba, 2021, p. 91), faz-se importante analisar as experiências do racismo cotidiano, pois, ao fazer isso e “estabelecer conexões entre interpretações de experiências subjetivas e a organização de categorias referentes ao racismo”, podemos compreender e levantar pistas e explicações de como o racismo opera nas vivências cotidianas de todos os sujeitos.

Desse modo, as narrativas trazidas pelas estudantes se tornam importantes, pois elas interrogam: “quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que nos é permitido falar?” (Djamila, 2020, p. 77), perguntas essenciais quando estamos questionando a legitimidade que é conferida a quem pertence ao grupo localizado no poder. E, como já dito, mobilizam estratégias de enfrentamento à branquitude e às matrizes eurocêntricas.

Com isso, são diversas as questões trazidas nos relatos, sobre o cabelo, sobre o corpo, sobre a invisibilidade e o silenciamento e sobre a exclusão e a negação. Desse cenário, podemos evidenciar a experiência perpassada por *Arminda*, que, em uma disciplina da graduação que frequentava, na qual também estive presente e pude presenciar a cena, perpassou a seguinte situação: a professora (branca), em uma conversa, comenta que gostaria de ir à praia no verão e dar uma “torradinha”. “- Queria ficar assim, mais ou menos da tua cor, assim”, falando e apontando para *Arminda*, que é uma mulher negra. A conversa segue, até que a professora diz: “- ...é, na verdade, pode ser assim que nem ela (a colega autodeclarada parda), eu nunca dou uma torradinha, sempre fico toda vermelha”.

Em consonância com os pensamentos de Ribeiro (2020, p. 67), é possível perceber que a estudante não observou a dimensão das falas direcionadas a ela, pois quando respondeu o questionário, com relação às experiências de racismo sofridas na universidade, sinalizou que nunca havia sofrido nenhuma.

Já se sentiu excluída, silenciada, ignorada ou apontada racialmente na universidade por ser mulher e negra? ou por ser mulher? ou negra? poderia pontuar uma situação? Na universidade não, ainda bem. Mas na vida diária sim, já passei por algumas situações desagradáveis, por ser mulher negra (Narrativa de Arminda: fonte - Resposta do formulário eletrônico da pesquisa).

Faz-se importante duas observações. A primeira sobre o quanto o racismo cotidiano é perverso, transcrevendo-se na pele, até que se perceba como algo natural ou inofensivo e se torne aquela velha frase interrogativa: “ora, agora tudo é racismo?!”. Em segundo lugar, é preciso entender como as opressões estruturais não só impedem, mas também produzem, nos indivíduos, comportamentos e sentimentos de objetificação de si, diluindo sua identidade em meio aos mecanismos de opressão e ocupando o lugar de “outro”⁵ ou o 3º espaço.

Quatro questões saltam aos olhos nesse relato: Primeiro a linguagem utilizada como mecanismo do racismo para descrever a cor: **torradinha**, entendendo a linguagem como mecanismo de manutenção de poder (RIBEIRO, 2020, p. 14). Segundo a afirmação de que, a estrutura colonialista se empodera institucionalmente quando **não se leva em conta tais experiências do sujeito negro/a para o centro do conhecimento acadêmico**, fazendo com que, situações como essas sejam naturalizadas como diálogos inofensivos. Terceiro, **a objetificação da cor e do corpo** da mulher negra, “quero ter sua cor, mas não quero ser tão negra a ponto de ter de passar e/ou vivenciar suas experiências”. E quarto, o fato de ter sofrido “situações desagradáveis” por ser mulher negra, perpassando **uma questão interseccional entre raça e gênero** (Rodrigues, 2022, p. 24).

Crescer em torno dessas questões volta-se ao que viemos discutindo no início deste capítulo, a complexidade que é ser negra/o em meio a tantos fatores conflitantes. Dessa forma, a presença de Conceição Evaristo, com seu conceito de escrevivências, torna-se muito importante, uma vez que possibilita contar histórias particulares, mas que refletem em histórias e experiências coletivas, compreendendo “[...] um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas” (Soares; Machado, 2017, p. 206).

As possibilidades criadas pelas ações afirmativas e o emprego da Lei nº 10.639/2003 corroboram para contar essas escrevivências, já que ambas adentraram lugares hegemônicos e, por conseguinte, fazem emergir questionamentos e reflexões críticas a respeito do espaço concedido para os sujeitos historicamente marginalizados.

São interrogações que ajudam a aguçar as percepções voltadas para as práticas desenvolvidas e que circundam as mulheres e o modo como são efetivamente tratadas. Por um lado, o processo de educação das relações étnico raciais tem sido profícuo no sentido de apontar dilemas raciais profundos vividos por diversas mulheres que atuam em linha de frente nas lutas por igualdade, reconhecimento e

desenvolvimento. Por outro lado, a força da opressão imposta nos ambientes institucionais ou escolares e no meio das práticas sociais em geral, ainda, demonstra que as dificuldades e medos são reais (Bentes; Malcher, 2022, p. 41).

Quanto às mulheres negras entrevistadas, escrever sobre as suas trajetórias, de estudantes no espaço universitário, dimensiona as experiências desse grupo étnico no Ensino Superior, legitimando suas vozes de mulheres negras e que elas sejam compreendidas em todas suas linguagens como uma forma de existência, em suas palavras, em seus sentimentos, em seus anseios e que estas vozes auxiliem no enfrentamento ao racismo epistêmico nos contextos da sala de aula das universidades.

Nesse ponto, entendo esse exercício como escrevivências ao aproximar suas vivências, entendendo que, apesar de cada uma partir de um lugar e ter experiências particulares, quando vistas a partir do ponto de vista das escrevivências, olhamos através da individualidade, enxergamos no outro, na fala, nas vivências e no sentir: nós mesmos e assim podemos de certa forma, romper com o postulado do silêncio que aprisiona, delimita e menospreza mulheres negras na sociedade (Rodrigues, 2022, p. 43).

Com relação à ausência de políticas públicas específicas, no ensino superior, que garantam a emergência da discussão da temática racial para o enfrentamento e a prevenção do racismo nas universidades federais, o debate em torno das desigualdades raciais é minimizado. Além disso, essa postura ascética da comunidade acadêmica implica na falta de políticas de assistência que, por consequência, não concretizam esse espaço como um lugar de diversidade étnica, de raça, de gênero e de classe. Toma-se como exemplo um censo⁶ feito pela Universidade, analisado no ano de 2021, o qual mostra que, de 1.784 docentes, há apenas nove professores autodeclarados pretos e somente duas professoras são mulheres negras, entre todos os campi da IES.

As próprias estudantes tomam essas informações com surpresa quando perguntadas se tinham conhecimento desses números.

Isso é um absurdo. Penso que as oportunidades de se chegar ao ensino superior é muito pouca e quase inexistente para a população negra e pobre. Infelizmente estamos em uma corrida desigual, onde por mais que tentem e se esforcem não se torna uma "corrida" justa, e por não ver essa perspectiva de futuro, fica muito difícil insistir em algo que realmente não vemos acontecer, pessoas negras e pobres ocupando lugares de "poder". Hoje ser uma professora negra em uma universidade federal não deixa de ser uma forma de poder, quem chega lá, sabe que ultrapassou as estatísticas. Para que isso melhore é preciso que haja práticas que funcionem e dê oportunidades para todos e todas de forma igual (Narrativa de Arminda – Fonte: resposta do formulário eletrônico da pesquisa, 2022).

Me choca, até agora não vi nenhuma, e estou me formando (Narrativa de Teresa – Fonte: resposta do formulário eletrônico da pesquisa, 2022)

As narrativas das estudantes evidenciam muitas questões importantes sobre o Ensino Superior, tal qual o seguinte trecho da fala de Arminda, na qual ela expressa seu descontentamento com a informação recebida: “[...] Infelizmente estamos em uma corrida desigual, onde por mais que tentem e se esforcem não se torna uma "corrida" justa, **e por não ver essa perspectiva de futuro, fica muito difícil insistir em algo que realmente não vemos acontecer, pessoas negras e pobres ocupando lugares de "poder".**”.

Ao tensionar sua frustração em não ser reconhecida como sujeito potente e sentir a possibilidade de tornar-se uma professora universitária ou tomar posse de um espaço, como ela retrata, um espaço de poder, a estudante antecipa a desistência por não enxergar tal perspectiva de futuro para si.

No entanto, é possível compreender o porquê dessa desistência em quatro pontos: 1) não se sentir representada; 2) pelo baixo índice de mulheres negras que conseguem alcançar a ascensão social; 3) não se sentir suficiente; e 4) situação socioeconômica que ocupa. Acrescento, ainda, uma questão crucial que não foi pontuada pela estudante, mas que fundamenta esses pontos: o racismo estrutural institucionalizado.

A quantidade e a presença de estudantes negras nas salas de aula dos cursos de pedagogia é uma das questões que também chamam a atenção das estudantes, problematizando o amplo espaço tomado pela branquitude na universidade que, mesmo com a instituição das cotas, a evasão, a ausência e o silêncio em torno dessas questões, faz a manutenção das desigualdades. Assim, as estudantes expressam que:

*Na sua turma, na universidade, geralmente tem quantos estudantes negros?
4 (Narrativa de Arminda – Fonte: resposta do formulário eletrônico da pesquisa, 2022)
2 ou 3 (Narrativa de Teresa – Fonte: resposta do formulário eletrônico da pesquisa, 2022).*

Nesse quesito, Conceição Evaristo, em *Becos da Memória* (2017), ao retratar as memórias de infância dos tempos de escola de Maria-Avó, mulher negra, descreve que ela mostrava ter um senso crítico, um letramento formal e habilidades de ler e escrever que ultrapassaram as expectativas da escola e dos professores, no entanto, isso nunca foi admitido de fato, sendo concluído pelos professores que ela não era nem boa e nem ruim, mas que “chegava às conclusões” (Evaristo, 2017, p. 110). O que Conceição Evaristo nos coloca

reflete na fala anterior das estudantes, ao sinalizarem a quantidade de discentes que costumam ocupar as salas de aula do curso de pedagogia em questão, mostrando como crianças, jovens e adultos negros vêm, a cada dia, retirando-se dos espaços institucionalizados. A inferiorização e o menosprezo pela sua pessoa como sujeito que também possui conhecimento, como coloca Conceição Evaristo, reforça o sentimento de não pertencimento em espaços de poder, fazendo com que muitos destes sujeitos prefiram adentrar espaços com pouco prestígio ou demorem para acessá-los, por medo.

Teresa, assim como Conceição, também nos convida a refletir sobre sua experiência na infância, ao relatar que

Quando eu estava na 3ª série a profe me reprovou e eu tinha acertado toda prova. E ela disse para minha mãe que eu não sabia ler. A minha mãe pediu revisão da prova para direção e perceberam que estava tudo certo (Narrativa de Teresa – Fonte: resposta do formulário eletrônico da pesquisa, 2022).

Tanto o trecho da história escrita por Conceição quanto o relato de Teresa reforçam o quanto as delimitações sobre a cor de pele não são experiências individuais, são sentimentos individuais e caracterizam os lugares designados a mulheres pretas nas prateleiras, nos livros, nos artigos debatidos, nos filmes, na sala de aula, nas instituições e na sociedade. Teresa nos confirma isso ao retomar uma angustiante situação, já vivenciada no passado, entretanto, agora, no Ensino Superior.

Tinha uma professora que fechou minhas notas antes de eu apresentar o trabalho e justificou que eu tinha anotado a data errada. Fez a mesma coisa com minha outra colega preta. Começamos a verificar com as outras colegas as datas do trabalho e realmente, ela tinha marcado na data em que tínhamos anotado no caderno. Ela não deixou a gente apresentar (Narrativa de Teresa – Fonte: resposta do formulário eletrônico da pesquisa, 2022).

Desse modo, é preciso questionar “como as instituições de ensino superior nas diferentes áreas do conhecimento estão inserindo, ou não, nos seus currículos a temática [...]” (Meinerz; Kaercher; Rosa, 2021, p, 05) do racismo, das relações étnico-raciais, da Lei nº 10.639 e garantindo uma formação responsável com a subjetividade dos sujeitos.

Essa angústia é sentida pelas estudantes quando questionadas sobre o que sentem falta na universidade com relação à formação e ao currículo. E elas responderam:

Sinto falta de ocupar outros espaços... (Narrativa de Arminda – Fonte: resposta do formulário eletrônico da pesquisa, 2022).

Queria ter tido mais referências, lido os autores (negros/as) que hoje conheço por que busquei por fora, mais grupos de trabalho que abordassem temas relacionados a questão do racismo e relações étnico-raciais, especialmente com

Escrevivências de mulheres negras no ensino superior: a importância da lei nº 10.639/2003 no espaço universitário

crianças, quem sabe, se tivesse conhecido antes, poderia ter vivenciado uma formação mais crítica e contribuir mais nos espaços em que ocupo (Narrativa de Arminda – Fonte: resposta do formulário eletrônico da pesquisa, 2022).

Mais textos e autores. Para gente trabalhar em sala. Ter referência para trabalhar com as crianças. Só aprendemos os mesmos (Narrativa de Teresa – Fonte: resposta do formulário eletrônico da pesquisa, 2022).

Arminda aponta um caminho interessante para pensar o processo de ingresso de estudantes cotistas no ensino superior ao ressaltar a falta de discussão sobre a temática do racismo, da cultura afro e das relações étnico-raciais nos currículos da formação de professores. Dessa forma, nas entrelinhas da fala da estudante, está a afirmação da Lei nº 10.639/2003 como fundamental na concretização das ações afirmativas no ensino superior, uma vez que retoma o conhecimento das ancestralidades, da história do povo negro, da cultura negra como caminho de luta contra o racismo epistêmico nos espaços da universidade.

A Resolução 02, de 01 de julho de 2015, que "Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada", prevê que a formação para a docência deve contemplar: VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade. Na tentativa de cumprir essa orientação, o curso de licenciatura em pedagogia da universidade analisada cria dois componentes curriculares: Políticas e Diversidade Cultural, que têm como ementa a intenção de que os/as estudantes compreendam as matrizes sociopolíticas e históricas brasileiras, analisar a formulação das políticas públicas educacionais e a normatização das relações étnico-raciais e identificar as relações entre a diversidade e os espaços escolares.

Entendemos, no entanto, que, mesmo com essa inserção, ainda que seja uma ação importante, não é suficiente para o enfrentamento do racismo estrutural e institucional, uma vez que o diálogo com a temática ainda é muito genérico e perpassa a temática de modo muito superficial devido a outras demandas, como as questões de gênero, sexualidade e pessoas com deficiência, que também costumam ser abordadas nessas disciplinas e que também são muito importantes. Com isso, a evocação do conhecimento da cultura africana e afro-brasileira por parte das estudantes negras do curso de pedagogia apresenta-se não só

como indicativa da luta por justiça racial, bem como em torno da educação como fundamental para a erradicação do racismo. Assim, no âmbito das escrituras, as estudantes negras, com seu corpo, negritude e história de vida, transgridem a lógica de pertencimento criada nesses espaços institucionalizados pela branquitude. Em seus movimentos, questionam as ausências de políticas de enfrentamento ao racismo, à evasão, à dificuldade da permanência. Em suma, convergem para questões de quem pode estar? Quais conhecimentos e saberes são considerados legítimos? Quais espaços de legitimidade e representatividade são oportunizados às mulheres negras?

Para Fanon (2008), a fim de que o homem e a mulher negra elaborem suas identidades e rompam com modelos esteticamente europeus, é imprescindível que tenham a possibilidade de interagir com meios e situações em que haja referências que lhes aproximem de sua ancestralidade, fortaleça suas raízes identitárias e produza caminhos para o seu empoderamento como sujeito negro/a, uma vez que, como afirma Gomes (2019, p. 28), os processos identitários são conflitivos

[...]na medida em que ele serve para me afirmar como um “eu” diante de um “outro”. A forma como esse “eu” se constrói está intimamente relacionada com a maneira como é visto e nomeado pelo “outro”. E nem sempre essa imagem social corresponde à minha autoimagem e vice-versa. Por isso, o conflito identitário é coletivo, por mais que se anuncie individual.

E, nesse sentido, parafraseamos os questionamentos incisivos de Meinerz, Kaercher e Rosa (2021, p. 07), ao questionarmos a responsabilidade das IES com relação ao fortalecimento da Lei nº 10.639/2003 como uma política universitária. “Que forças atuam para que gerações de professores sigam sendo formadas sem sequer o conhecimento dessas leis? Mais do que isso, até quando nossos colegas, professores universitários de maioria branca, seguirão indiferentes aos efeitos que suas omissões, e o perverso não cumprimento da Lei, provocam dentro das escolas?”.

Desse modo, reafirma-se a importância de políticas para o ensino superior, especialmente na formação de professores, e que nelas assegurem e ressaltem uma produção do conhecimento na qual o discurso de intelectuais negras se torne válido e, por conseguinte, seus sujeitos.

3 Considerações finais

Escrever é a ferramenta utilizada para recompor o vasto painel de lembranças [...]. A menina de olhar atento retém as imagens que, mais tarde, já como mulher, irão compor o plano no qual as vidas subterrâneas emergem para expor a sua experiência (Evaristo, 2013, p. 260).

Escrever é uma forma de registrar e, ao mesmo tempo, sentir, guardar histórias para que elas sejam contadas por si e não por outrem. Mulheres, homens e crianças, o que tem em comum dentro de uma história se não a linha tênue de sua ancestralidade infinita que conecta gerações a gerações? Entretanto, o que há de diferente? O registro. Homens, mulheres e crianças negras têm suas histórias contadas e registradas pelas mesmas mãos que fazem o nó. Aquele nó que emaranha e aprisiona. E como cortá-lo? Desfazê-lo? Se não pela coragem de falar por si? Isso, por si só, já é a quebra da hegemonia. Destacamos, nesta escrita, o nosso compromisso em questionar as injustiças causadas pelo racismo, contudo, lendo histórias escritas pelos próprios sujeitos que as vivem, suas escrevivências, ressaltando a defesa de uma formação de professores que compreenda esse lugar como responsável pela formação de outros sujeitos.

Ao transitarmos nas narrativas e lógicas de pertencimento das estudantes cotistas do curso de pedagogia da universidade, inferimos o quanto a racialidade e a cultura africana orientam a construção de lutas e redes de afetos no enfrentamento do racismo institucional e epistêmico no espaço do ensino superior. Portanto, a ideia de justiça racial questiona a ausência de políticas efetivas ao enfrentamento das desigualdades existentes na universidade.

Percebemos que a formação das pedagogas cotistas e negras parte desse horizonte de experiências que conectam possibilidades de futuro. As estudantes, ao articularem a educação e o conhecimento da cultura africana, retomam pautas históricas do movimento negro brasileiro e ressignificam seus saberes, expressões e lutas diante das ausências de compromissos institucionais para o enfrentamento do racismo. E ao denunciarem suas experiências, ao exigirem espaços de escuta e atuação, as mulheres negras da pedagogia constroem possibilidades de uma universidade pública e do povo.

Enfim, evidenciar essas experiências corresponde a pensar o antirracismo como fundante do processo formativo dos professores e professoras e pode indicar possibilidades de redefinições e posicionamentos da universidade no enfrentamento do racismo e dos diferentes marcadores de desigualdades existentes. Portanto, trata-se de mobilizar, também, questionamentos aos modelos meritocráticos e individualistas que sustentam as trajetórias e as formações acadêmicas. Retomar o eu e o nós, as escrevivências que nos conectam, é dizer que outro mundo é possível.

Referências

- ALBERT, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 39, p. 25-56, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1401>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.
- BRASIL. Portaria nº 21, de 1º de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - SisU. **Diário Oficial da União** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, nº 214, páginas 8 e 9, 06 de novembro de 2012. Disponível em: <https://sisugestao.mec.gov.br/docs/portaria-2012-21.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2023
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq1odRpWTbf4>. Acesso em: 24 mai. 2023
- BAPTAGLIN, Leila Adriana. ROSSETO, Gislaine Aparecida Rodrigues da Silva; BOLZAN, Doris Pires Vargas. Professores em formação continuada: narrativas da atividade docente de estudo e a da aprendizagem da docência. **Revista Educação**, Santa Maria, v.39, n. 2, p. 415-426, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/6428/pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- BRUNER, Jerome. **Atos de significação**. Trad. Sandra Costa. São Paulo: Artmed, 2002.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendedores Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. [Coleção Valores e atitudes, série valores; Não discriminação] p. 49-58.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online], v. 12, n. 23, p. 100–122, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- DOMINICÉ, Pierre. A biografia educativa: instrumento de investigação para a educação de adultos. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal: EDUFRRN, 2014a.
- DUTRA, Maria Rita Py. **Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho**. 221f. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste; VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786599036477>. Acesso em: 24 abr. 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e educação: Resignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727–744, jul, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/>. Acesso em: 29 jul. 2023

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2017

GOULART, Sheila Fagundes. **Os processos formativos de estudantes cotistas autodeclarados pretos e pardos e os contextos emergentes na UFSM**. 182f. 2021 Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cogobó, 2019

LABOV, Willian; WALETZKY, Josgua. Narrative analysis. In: HELM, J. (Ed.). **Essays on the Verbal and Visual Arts**. Seattle: U. of Washington Press, 1967.

MELUCCI, Alberto. **O Jogo do Eu: a mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

MEINERZ, Carla Beatriz; KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva; ROSA, Graziela Oliveira Neto da. Ações afirmativas, obrigatoriedade curricular da educação das relações étnico-raciais e formação docente. **Educação e sociedade**. Campinas, v. 42, p. e254366, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.254366>. Acesso em 21 mar. 2023.

PINHEIRO, Adevanir Aparecida; ROSA, Ana Luiza dos Santos. SILVA, Sueli Angelita da. As mulheres negras: os desafios da pandemia e os dilemas de sobrevivência nos espaços institucionais. In: SOUSA, Deusa Maria de; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas (Orgs.) **Mulheres, Gênero e Raça: interseccionalidades**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. p. 40-59.

PEREIRA, Amilcar A. **O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. 268f. 2010. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2010.

PEREIRA, Amilcar Araújo. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n. 37, p. 143-166, jan-jun, 2006. Disponível: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2249>. Acesso em: 24 abr. 2023.

PEREIRA, Amilcar Araújo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. **Cadernos de História**, v. 12, n. 17, p. 25-45, 17 out. 2011. Disponível: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n17p25>. Acesso em: 23 abr. 2023.

PEREIRA, Amilcar Araujo. O movimento negro brasileiro e a lei 10.639/2003: Da criação aos desafios para a implementação. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 11, n. 22, p. 13-30, ago./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3452/7577>. Acesso em: 26 jun. 2023

RODRIGUES, Ana Karla de Jesus. ALVES, Candida Beatriz. Mulheres negras na universidade: Um estudo de caso. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 30, n. 3, p. 21-40, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/59842/34218>. Acesso em: 24 mai. 2023

SALVA, Sueli. Mattos, Renan Santos; Martinez, Lucas da Silva. Apresentação. In: SALVA, Sueli; MATTOS, Renan Santos; MARTINEZ, Lucas da Silva. **Memórias, arte e (re)existências: infâncias em tempos de pandemia de Covid-19 e em outros tempos**. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2022. Disponível em: <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/64>. Acesso em: 24 abr. 2023.

Sueli Salva. **Narrativas de Jovens Mulheres** – Percursos e vida cotidiana. Curitiba: Appris, 2021.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da; SILVEIRA, Marta Íris Camargo Messias da. Da maioria silenciosa à minoria mobilizada: as tensões e contradições na implantação das ações afirmativas na Universidade Federal de Santa Maria – RS. In: SANTOS, Jocélio Teles dos (Org.). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão** / Jocélio Teles dos Santos, organizador. - Salvador: CEAO, 2012.

SOUSA. Neusa Santos. **Tornar-se negro: As vicissitudes da Identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOARES, Lissandra Vieira. MACHADO, Paula Sandrine. “Escrivência” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**, v. 17, n. 39, p. 203-219, mai.–ago. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n39/v17n39a02.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2023

Notas

¹Para Melucci (2004, p. 48), a expressão identidade refere-se ao caráter sempre em construção de nossa identidade. Para o autor, identidade é "o caráter processual, autorreflexivo e construído da definição de nós mesmos".

² É importante salientar que em alguns momentos esta escrita será feita na primeira pessoa, uma vez que ao dialogar com as escrituras é necessário olhar para as histórias perpendiculares a mim.

³ A pesquisa faz parte do trabalho de conclusão de curso defendido no ano de 2023.

⁴ Sojourner Truth, mulher negra ex-escrava, proferiu este discurso em meio a uma intervenção na Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Em uma reunião de clérigos onde se discutiam os direitos da mulher. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

⁵ Para as autoras (Beauvoir, 1989; Kilomba, 2019; Ribeiro, 2020), as mulheres negras têm ocupado o lugar denominado de “outro” com relação ao olhar, racista, patriarcal, de gênero e classe, vivendo em uma posição ainda mais profunda com relação aos outros sujeitos pertencentes a sociedade, chamado de O outro do Outro, ou seja, perpassa não só o processo de se tornar mulher, mas também o de tornar-se mulher negra (Rodrigues, 2022, p. 41).

⁶ Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/ufsm-docentes-negros>

Sobre os autores

Karen Luciélen Pereira Rodrigues

Pedagoga pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, formada no Magistério - Justino C. Quintana e especialista em currículos e práticas docentes nos Anos Iniciais – UFPI e em Gestão Educacional pela UFSM. Possui experiência na área da educação com ênfase em Educação Infantil. É pesquisadora no FILJEM/CNPq - Grupo de Pesquisa em Filosofia, Cultura e Educação. É escritora e autora do livro de literatura infantil ANAYA, produzido pelo projeto Rede Básica da UFSM juntamente com a Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação – DIFOR, com financiamento do Ministério da Educação. Possui como áreas de interesse: políticas públicas, questões étnico-raciais, escola pública, infâncias e letramento. E-mail: karenlucielenro@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7254-3886>

Sueli Salva

Doutora em Educação (UFRGS), Especialista em Dança (PUC/RS); Pedagoga (UPF). Professora no Centro de Educação (UFSM) Editora Chefe da Revista Educação (Santa Maria - Online). Pesquisa sobre os temas das culturas infantis, práticas educativas e políticas para a infância. É líder do Grupo de Pesquisa: Itinerâncias - Estudos e Pesquisas sobre Infância, Culturas, Práticas Pedagógicas, Políticas Públicas e Curriculares (CNPq). É membro do grupo de pesquisa “Filosofia, Cultura e Educação” (FILJEM/CNPq). Email: sueli.salva@ufsm.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6760-770X>

Renan Santos Mattos

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2014) e graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente, é professor da Universidade Federal da Fronteira Sul. Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando, principalmente, nos seguintes temas: história cultural religiosa brasileira, ensino de ciências humanas e história da educação. Email: renan.mattos@uffs.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0888-8641>

Recebido em: 17/10/2024

Aceito para publicação em: 21/10/2024